

Introdução

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é retratar de forma sintética a história sociopolítica de uma história em quadrinhos (HQ)¹ tombada como patrimônio nacional no decorrer do processo de Justiça de Transição (JdT²) argentino: **El Eternauta** (1957-1959/1976-1978) de Hector Oesterheld (1919-1977). Idealizador e roteirista desta obra, membro importante do movimento dos *Montoneros*, Oesterheld foi perseguido e assassinado pela repressão. Inspirado no caso da história dessa obra, o objetivo da segunda parte do artigo é apresentar um projeto piloto relativo à ditadura militar brasileira de 1964-1985. Trata-se da elaboração de várias HQs de dez páginas cada por autores de diversas nacionalidades e de um projeto pedagógico e didático para acompanhá-las. O principal objetivo do projeto é propor um conteúdo de ensino gratuito, impresso e digital para jovens entre 15 a 25 anos, oriundos dos ensinos médio e universitário públicos e privados, mas também para jovens presos em instituições carcerárias do Estado do Rio de Janeiro. A produção de material pedagógico responderia, assim, a uma crítica recorrente feita às Comissões Nacionais da Verdade em vários contextos nacionais de JdT: a escassez de resultados concretos, especificamente no plano da disseminação de materiais didáticos e pedagógicos (REATEGUI, 2011, P. 457-401).³

¹ A denominação ‘HQ’, História em Quadrinhos, remete aqui ao contexto brasileiro e ao campo de produção atual, que ultrapassou uma definição restrita ao público infantil, indicada pelo termo ‘Gibi’, um tipo de produção que continua existindo. Os principais termos atuais usados neste campo, - ‘Bande dessinée’, ‘Comic’, ‘Manga’ - apontam para os principais mercados nacionais de criação, produção e venda de HQs: a Bélgica, França, Estados Unidos, Japão, desde o final do século XIX. Os sentidos que essas denominações têm em cada contexto nacional refletem as conjunturas sociais nos quais apareceram, seus primeiros formatos narrativos e gráficos, os tipos de suportes e editoras nos quais começaram a ser divulgados, assim como os públicos aos quais eram destinados.

² De modo geral, a doutrina de identifica cinco grupos geográficos e cronológicos de justiça de transição democrática ao longo do século XX: a Europa Ocidental e o Japão, após 1945; o Sul da Europa (Portugal, Grécia e Espanha), na metade dos anos 1970; a América Latina, à partir da metade da década de 1980; o Leste Europeu (Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária, entre outros), após 1989; e a África (África do Sul, Etiópia e Rodésia, por exemplo), de 1979 a 1994. Podem ser incluídos ainda os casos recentes de justiça de transição na Ásia, como, por exemplo, na Coreia do Sul (1988), no Timor Leste (2002) e no Camboja (1998) (ELSTER, 2004; DE GREIFF, 2006).

³ O presente projeto foi elaborado por mim, mas ele é o produto de uma reflexão que começou em 2014 e da grande motivação de um coletivo internacional e interdisciplinar de pesquisadores (no ramo do Direito,

O artigo é organizado em seis partes. A primeira retrata a pesquisa e a metodologia empírica na qual se fundamenta o projeto piloto de produção de HQs sobre a ditadura militar de 1964-1985 (História em Quadrinho e Violência de Estado). A segunda expõe, de forma geral, a história sociopolítica da HQ **El Eternauta** (A HQ na ditadura e Justiça de Transição argentinas: Objeto de Memória de Perseguição Política & Meio Educativo). A terceira parte apresenta algumas considerações sobre o tema da ditadura para a fundamentar a elaboração de uma política de divulgação e de criação de suportes educativos e didáticos destinados ao ensino médio e universitário. A quarta parte apresenta o projeto piloto de produção de HQs, assim como uma metodologia de aplicação pedagógica e de estudo de *feedback*. As considerações finais colocam em evidência a importância da disseminação dos resultados das investigações sobre os períodos ditatoriais no Brasil para a sociedade civil, em diálogo com a produção acadêmica recente sobre Justiça de Transição, Direito a Verdade e o papel da Memória nesse processo.

I. História em Quadrinho e Violência de Estado. O *background* da pesquisa

Entre 2014 e 2016, no decorrer de uma das pesquisas realizadas no âmbito do projeto “A Estrutura do Poder Judiciário na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 & Políticas de Não-Repetição” coordenado pela Professora Daniela de Fontoura Barcellos, partimos do arcabouço temático das áreas de pesquisa da FAPERJ e dos objetivos gerais da Comissão Estadual do Rio (CEV-Rio) que correspondiam às nossas linhas de pesquisa para estabelecer um critério de recorte geral: Violência de Estado. Seleccionamos e analisamos umas amostras de HQs produzidas em/sobre outros contextos nacionais e tratando de uma forma ou de outra de violência por parte de Estado ou entre Estados que afetam populações civis e resultam em violações de Direitos Humanos.⁴ Este critério amplo abarca acontecimentos de grande escala

Antropologia, Comunicação, Educação), de artistas de HQ de diversas nacionalidades e protagonistas e/ou contemporâneos da ditadura, militantes e não.

⁴ Trata-se de um acervo de aproximadamente 60 HQs publicadas entre os anos 1950 e 2015 por autores de vários perfis sociais, nacionalidades, contemporâneos ou não, atores ou não das épocas de violência relatadas, parentes ou pessoas próximas das testemunhas, pesquisadores, artistas profissionais, militantes e editoras de diversas épocas, países, e de tamanho e reconhecimento variados nos mercados editoriais de HQs, nacionais e internacional (eles mesmos muito distintos, na época da ditadura e hoje). O conjunto de HQs analisado trata de épocas violentas na África do Sul, Argélia, Argentina, Alemanha, Bélgica, Brasil, China, Congo, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Haiti, Holanda, Inglaterra, Irã, Japão, México, Palestina. As histórias acontecem

em diversos contextos nacionais e mundiais, como ditaduras, holocausto, exílio, guerra, bomba atômica, apartheid, colonização, descolonização, pós-colonialismo, o surgimento do movimento da negritude, do afro-americanismo, o imperialismo, a migração forçada, entre outros. A partir deste recorte geral, estabelecemos critérios mais específicos que dialogam com o tema principal para estruturar os conteúdos das HQs contempladas, definir as questões a serem exploradas e comparadas: Violência de Estado, Transição Política; Violência de Estado, Memórias, Conflitos, Transmissão; Violência de Estado, Coletividades e Subjetividades.

As HQ estudadas foram escolhidas por ter qualidades pedagógicas e/ou narrativas, temáticas, gráficas, históricas que serviram de material de base para a definição dos conteúdos, da pedagogia e das linhas narrativas e gráficas: o primeiro passo para a definição das temáticas das HQs e para a elaboração dos materiais didáticos e suportes pedagógicos que os acompanham. As HQs abordam acontecimentos históricos que, dependendo dos livros, podem ser relatados com linguagens textuais e visuais muito realistas, algumas contando inclusive com instrumentos pedagógicos ‘estilizados’ (gráficos, cronologias históricas, inserção de páginas com *flashbacks* ilustrados por imagens da época, por exemplo) ou com uma abordagem mais poética, imaginária, ou metafórica (como as HQs de ficção científica ou Mangás do tipo ‘realismo poético’, notadamente) baseados na própria realidade do autor ou na vida de outros.

Na grande maioria dos casos do nosso acervo, as histórias relatam acontecimentos contemporâneos e passados, testemunhos e memórias traumáticas para as personagens e para os autores; grandes mudanças sociais, históricas e políticas em diversos contextos nacionais; histórias de vida de testemunhas, vítimas, parentes, contemporâneos ou descendentes de pessoas que sofreram, sob diversas formas, a violência de Estado, ou das consequências de violências entre Estados. No caso de várias das HQs selecionadas, os autores podem ter sido sujeitos contemporâneos do momento de violência relatado ou descendentes de um contemporâneo dessa época, ou ainda alguém que, por uma razão ou outra, tem uma relação afetiva, política, intelectual, artística com a temática. Essa variedade de pontos de vista conjugadas com uma multiplicidade de estilos narrativos e gráficos dos autores fazem desses

basicamente no século XX e XXI, mas algumas delas acontecem ou remetem também a eventos do século XVIII e XIX.

livros ricos objetos de transmissão de memórias – o que é muitas vezes um objetivo explícito dos autores incluídos na amostra selecionada.

A escolha do suporte HQ para desenvolver o projeto de aplicação é principalmente devida a uma característica própria do gênero: ele é internacionalmente considerado, usado e comprovado como sendo um suporte pedagógico “multiplicador de públicos-alvo” (RAMOS, 2009; RAMOS & VERGUEIRO, 2009), na medida em que uma vez que ele atinge os jovens (no ensino médio, na universidade ou na prisão), atinge também os professores, outros alunos ou amigos, a família, os educadores, entre outros, desde que a HQ seja distribuída gratuitamente, o que é um dos objetivos fundamentais do projeto. A própria proposta de criar um coletivo internacional de pesquisadores/autores/testemunhas foi feita por Guy Raives, cuja produção com Eric Warnauts trata, entre outras temáticas, de formas de justiça de transição adotadas na Bélgica, França e Alemanha, nos contextos das primeira e segunda guerras mundiais, mas também da colonização, descolonização, e do afro-americanismo nos Estados Unidos.⁵ No decorrer de uma viagem de investigação, realizada em outubro de 2015, na Bélgica, com uma ex-presa política, militante do grupo de luta pela Memória, Justiça e Verdade, Ana Burstyn de Miranda Batista, tivemos reuniões de trabalho com esses autores para identificar as possibilidades de colaboração com eles e demais autores de HQ reconhecidos internacionalmente e traduzidos em várias línguas. Avaliamos juntos as possibilidades de apropriação do tema da ditadura civil-militar brasileira a fim de dar um respaldo internacional às investigações sobre o período, assim como à produção brasileira de HQ de um modo geral, pouco presente tanto no mercado editorial nacional, quanto no mercado internacional. Um dos objetivos dessa viagem era também testar formas de colaboração entre artistas/pesquisador/testemunha, o que se revelou um potencial metodológico muito rico.

II. A HQ na ditadura e Justiça de Transição argentinas: Objeto de Memória da Perseguição Política & Meio Educativo

⁵ <http://warnautsraives.blogspot.be/> O interesse em propor a produção, a divulgação e aplicação de um suporte pedagógico como a HQ neste contexto vem também do fato de eu ter nascido no berço do gênero da HQ, na Bélgica. No decorrer dos meus estudos na Bélgica, trabalhei numa livraria especializada em HQ, o que me levou a conhecer pessoalmente roteiristas e desenhistas de HQ reconhecidos internacionalmente, publicados em várias línguas, e que hoje são interlocutores neste projeto

Esta pesquisa enfocou a produção extremamente rica, inclusive reconhecida internacionalmente, de HQ sobre a ditadura na Argentina, tanto aquelas elaboradas na época, quanto aquelas criadas em um momento posterior aos anos de chumbo. Várias dessas obras e autores de HQs tiveram ampla repercussão internacional, tanto na época como ainda hoje, a exemplo de Breccia, A., Munoz, O., Sasturain, J. entre outros. Alguns foram militantes, perseguidos políticos, exilados, desaparecidos e assassinados, como é o caso de Hector Oesterheld (e de suas filhas). *El Eternauta* (1957-1959/1976-1978) foi censurado e silenciado no período de exceção brasileiro (POLLACK 1989, 1992; TROUILLOT 1998; HONNETH 2003 *op cit* BAGGIO, 2005). Ele foi somente traduzido e publicado no Brasil em 2012, apesar de ter sido divulgado em várias outras línguas na época ditatorial em diversos países europeus (GARCÍA, Prefacio In. OESTERHELD & SOLANO LOPEZ, 2011).



A primeira parte da história do **Eternauta**, ilustrada por Francisco Solano López, foi publicada entre 1957-59. A história acontece em Buenos Aires. No amanhecer, a cidade é revestida de flocos de natureza estranha. Impiedosos extraterrestres tomaram o controle do país. O silêncio, o medo e a solidão recobrem a habitual agitação da cidade. Inúmeros corpos mortos são espalhados nas ruas, caídos pela toxicidade da “neve” que os deixou paralisados

instantaneamente. Uma neve estranha, seria radioativa? Os prisioneiros são transformados em homens-robô servindo a uma invasão cuja origem e objetivos são desconhecidos. Extremadamente potentes e cada vez mais numerosos, os homens-robô trabalham com escravas oriundas de outras civilizações planetárias e buscam aniquilar os sobreviventes da Terra. Essas criaturas aterrorizantes têm, porém, uma grande fraqueza: “o medo que mata antes da gente poder se rebelar” – um instinto mortal proveniente do implante forçado da chamada ‘glândula do terror’ que controla as opiniões e emoções. Juan Salvo, o *Eternauta* – como o teria nomeado um ‘cosmofilósofo’ do século XXIII – é um dos primeiros e o último resistente à invasão. Solitário frente ao seu destino, tal um Robinson Crusoe dos tempos modernos – um diálogo explícito de Oesterheld com o romance de Daniel Defoe – a história do personagem descreve a longa batalha que o condenará a uma epopeia solitária, a de um viajante do interminável espaço-tempo em busca de sua esposa e filhas desaparecidas na resistência contra os invasores.

A história foi publicada inicialmente na revista em quadrinho *Hora Cero Suplemento Semanal*, editora do próprio autor na época. Membro importante do movimento dos *Montoneros*, a partir do final dos anos 1960, a produção artística de Oesterheld tornou-se cada vez mais politizada, sendo sua obra considerada ‘subversiva’. Ele realizou com Breccia, A. & Breccia, E. a biografia em quadrinhos de Che Guevara (**Vida del Che**, 1968) e outras obras de ficção científica com um pano de fundo anti-imperialista, notadamente **Latinoamerica y El Imperialismo – 450 anos de guerra**, publicado na revista semanal *El Descamisado* editada pela juventude peronista. A segunda parte do *Eternauta* (publicada entre 1976-1978), muito mais politizada, foi escrita na clandestinidade. Nesta continuação e releitura da primeira versão, sua denúncia da ditadura é muito mais forte e explícita. Esta versão foi censurada pouco tempo antes de sua morte, que teria ocorrido em 1977.



No processo de JdT argentino, O *Eternauta* foi resgatado como Objeto de Memória, reeditado, comentado e disseminado em formatos diferentes, adaptados a públicos distintos. A obra inteira do autor foi tombada como Patrimônio Cultural Nacional da Argentina em 2004 e O *Eternauta* passou a ser leitura obrigatória no currículo escolar do ensino médio, bem como presente nas bibliotecas escolares e públicas. Essa experiência é internacionalmente considerada como um exemplo de “boa prática” em termos de educação em JdT. Ainda hoje, o próprio personagem do *Eternauta* permanece vivo na cultura argentina, e sua imagem é, muitas vezes, mobilizada para defender e reivindicar direitos sociais.





Uma literatura ampla trata do surgimento das HQs nos contextos nacionais considerados como ‘berços’ do gênero em diversos momentos do século XIX: os EUA, a Europa francófona – principalmente a Bélgica e a França – e o Japão. Os pioneiros no desenvolvimento de culturas de criação, produção, leitura e edição de histórias ilustradas em quadrinhos se beneficiaram dos progressos técnicos que permitiram a popularização dos jornais impressos, junto com os quais apareceram logo o humor gráfico (i.e., as caricaturas políticas) e as histórias ilustradas, às vezes satíricas, outras imaginárias ou educativas, destinadas a crianças e depois a famílias. Essas duas abordagens das sequências ilustradas (política e infantil) são consideradas as primeiras formas que tomou o gênero entre o final do XIX e o início do XX, quando começou sua popularização em massa, primeiramente na Europa francófona e nos Estados Unidos e, depois, no Japão (BAETENS, 1998; GROENSTEEN, 1999; GROENSTEEN, 2007; GROENSTEEN, 2011; LYTEN, 2005; MILLER, 2007; MCKINNEY, 2008; RAMOS, 2009)

Essas tradições nacionais, embora muito distintas, possuem uma ligação que marca historicamente o gênero: o fato de ele ter sido considerado ‘imoral’ ou ‘provocador’, ‘subversivo’, ‘comunista’, ‘politicamente incorreto’ – a terminologia vai mudando segundo os críticos, os critérios de rejeição dos detratores, as épocas e as conjunturas políticas – e de ter sido censurado em muitos contextos nacionais e épocas desde o final do XIX até hoje. Este traço importante do gênero é um objeto de pesquisa em si que, na nossa pesquisa foi restringindo aos períodos da ditadura na Argentina.

Desde os anos 2000, as novas leis da Educação Nacional brasileira introduziram as HQs no currículo escolar e nas bibliotecas das escolas públicas, o que evidencia uma abertura para

novas linguagens e suportes didáticos (RAMOS, 2009; RAMOS & VERGUEIRO, 2009). Também do ponto de vista da educação, as possibilidades didáticas do suporte HQ são múltiplas em termos de: (1) Públicos-alvo (jovens, com maior ou menor grau de escolarização; público escolar e não-escolar; associações de jovens; adultos, professores, educadores, pais; coletivos variados, etc.); (2) Canais, linguagens e formatos de transmissão de informação (escrita, visual, gráfica), com a possibilidade de inserção de conteúdos e informações de naturezas distintas: fontes primárias, fotos, documentos da época, imagens, linhas do tempo ilustradas, genealogias, mapas, entre outras possibilidades.

Outro traço do gênero, relevante para as dimensões pedagógicas e didáticas de transmissão de memórias, é o caráter realista, documentalista que surge na história contemporânea do gênero, notadamente sob o formato de biografia, autobiografia, memória de família, reportagem, relato de viagem, documentário. Esses tipos de narrativas mais realistas têm em si um caráter histórico, às vezes claramente ou metaforicamente usado como meio de contestação, abrindo a porta para novos relatos, grafismos e formas de narração a respeito de acontecimentos históricos, políticos, memórias, testemunhos ou denúncia de situação de violência. Trata-se de um gênero em expansão, como se pode ver no mercado de HQs na Europa, nos Estados Unidos e no Japão e cada vez mais, ainda que timidamente, na América Latina (notadamente nos últimos anos, devido à aparição de feiras internacionais de HQs em São Paulo e Belo Horizonte). Um exemplo alemão, premiado (Pulitzer), deste tipo de HQ é *Mauss*, a história de um sobrevivente do holocausto contada pelo seu filho, a partir de anos de gravações de conversas entre eles (SPIEGELMAN, 2013; SPIEGELMAN, 2011).

III. Algumas considerações para uma Política de Divulgação e Elaboração de Suportes Educativos e Didáticos sobre JdT

Transformar os resultados alcançados no processo de JdT brasileiro sobre a ditadura militar de 1964-1985 é um processo de (re)construção de “Memória Coletiva” (POLLACK, 1989, 1992) que, para ser socialmente produzido, possui uma determinada duração, o que reforça a necessidade da elaboração e distinção de estratégias de criação e divulgação de suportes de informação a curto, médio e longo prazos.

O conceito de JdT implica também a questão dos “grupos sociais em conflito” (notadamente os 51% da população que em 2015 pediam “o retorno da ditadura” e, atualmente, os

deputados que, no contexto do *impeachment* da Presidenta Dilma, fizeram a apologia de reconhecidos e violentíssimos torturadores, sem saber a amplitude da violência de estado que efetivamente houve neste período). Qualquer política de divulgação de informação deve tomar como ponto de partida o fato de que o mundo social que pretende alcançar é, e continuará sendo, atravessado por conflitos de naturezas distintas, independentemente dos resultados que possam ser alcançados e divulgados pelas ações e projetos da Comissão da Anistia, entre outros organismos que se dedicam a essa tarefa. Não é possível supor *a priori* que, em um determinado momento, os agentes sociais (individuais e coletivos, mais ou menos institucionalizados) que disputam memórias acabarão compartilhando a(s) mesma(s) versão(ões) dos acontecimentos. Pode-se, porém – e essa seria a nossa proposta para um ponto de partida para a produção de material pedagógico – construir uma abordagem estratégica na própria produção do conteúdo da informação, partindo do reconhecimento e da descrição desses conflitos. Esta dimensão também pode ser contornada e, a longo prazo, as políticas de disseminação da JdT devem levar em conta as relações inter e transgeracionais, contemplando suportes adaptados a públicos mais jovens, principalmente.

O fato de as memórias coletivas sempre estarem em disputa impõe um cuidado epistemológico na apreensão dos fatos do passado: a “História” é diferente da “Verdade”, e as duas são conjugadas no plural, com ou sem maiúsculas (histórias e verdades), ilustrando em cada variação as polarizações e clivagens que atravessam qualquer sociedade. Isso nos obriga a distinguir pelo menos dois registros nos conteúdos de informação, na sistematização, análise e divulgação de resultados e informação: o que é um “fato histórico”, por exemplo? E o que é uma visão/percepção sobre um determinado fato? Estes diferentes registros de informação têm legitimidade, porém, em cada caso, esta é de natureza distinta.

Por outra parte, disseminar informações requer definir diferentes públicos-alvo específicos observando suas heterogeneidades e singularidades. É necessário definir os perfis sociológicos da forma mais cuidadosa possível no intuito de definir os conteúdos e desenhar os formatos de informação. Não se pode pressupor públicos homogêneos em termos de capital escolar, cultural, político e em termos de gênero e geração.

Esclarecer os múltiplos objetivos da disseminação é também um passo fundamental na construção de materiais pedagógicos. Distinguir a necessidade de informar sobre a atuação da instituição que encomenda um produto do produto de informação a ser disseminado. Aqui se

coloca outra questão fundamental do ponto de vista da educação: qual é o objetivo da disseminação? Tornar públicas as informações que surgiram das iniciativas de revelação de fatos históricos? Trata-se de um objetivo de comunicação institucional por parte da instituição que financia o projeto? Publicitar as iniciativas de entidades governamentais no intuito de legitimar a continuação de sua existência institucional? Contemplar esses dois objetivos simultaneamente? Para a instituição ou o organismo que encomenda a divulgação de determinadas informações ou transmissão de saberes, é, muitas vezes, impossível distinguir esses dois objetivos, complementares, porém “inimigos” do ponto de vista dos receptores da informação (os públicos-alvo determinados). Experiências analisadas em outros contextos nacionais demonstram que esse amálgama de objetivos tem quase sempre como resultado a não adaptação da informação ao público-alvo em termos de conteúdo e de suportes, o que pode enviesar o próprio conteúdo da informação, assimilando e transmitindo, sem perceber, preconceitos (de classe, de grupos, raciais, políticos etc.) presentes em qualquer sociedade (como foi o caso da campanha de informação da União Europeia sobre sua política de desenvolvimento no período 2000-2005 (NICAISE, 2007, 2009, 2013; MACEDO & NICAISE, 2014). Para evitar este tipo de problema, devem ser esclarecidos os níveis de informação e os objetivos de cada iniciativa: (a) a apresentação de uma determinada entidade governamental; o que ela é, o que faz, o que fez num determinado período; (b) o que ela de fato tem como obrigação, mandato e vontade de transmitir para o cidadão como conhecimento; (c) o que ela precisa divulgar para outros órgãos governamentais e a sociedade civil, nacionais e internacionais, a respeito de suas atividades para alimentar sua legitimidade e a continuidade de suas atividades. Reconhecer a importância desta distinção e distribuir os objetivos de informação em função desses critérios é também uma oportunidade para reforçar a transparência das atividades da entidade que encomenda a produção da informação, esclarecendo a multiplicidade (e complexidade!) de seus objetivos, assim como as razões de sua existência institucional.

As publicações da Comissão de Anistia, notadamente as mais recentes, assim como os relatórios finais das diferentes Comissões da Verdade são uma base fundamental para elaborar conteúdos e suportes de informação. Porém, deve ser definida a margem de atuação entre a demanda institucional e a necessária liberdade intelectual, científica e/ou artística do produtor e “disseminador” da informação. Para desenvolver suportes de disseminação, pelo menos dois conjuntos de informação devem ser definidos para cada público-alvo: o que a entidade que financia o projeto deseja que conste no conteúdo (quais fatos e visões sobre os fatos que ela

quer disseminar) e qual a margem de manobra para a adaptação científica, intelectual ou artística da informação, que resulta no produto, qualquer que seja seu formato final.

A análise da recepção e do impacto da disseminação são também etapas fundamentais. Para cumprir o ciclo de uma política de informação, também é preciso planejar a fase final de análise da recepção dos diversos instrumentos em termos de conteúdo, suportes, canais de comunicação utilizados e suas adaptações ou não aos públicos-alvo determinados. Podem ser usados questionários individuais com questões predeterminadas, obtenção de amostras de indivíduos para entrevistas em profundidade e realização de grupos focais (considerando públicos-alvo específicos), etnografias de sala de aula, entrevistas em famílias, entre outras possibilidades, para entender qualitativamente e quantitativamente a recepção das intervenções e do projeto, segundo vários pontos de vista e ângulos analíticos.

IV. Projeto de aplicação pedagógica e didática

Os objetivos deste projeto piloto são vários: (1) Produzir materiais didáticos com o objetivo geral do conjunto de HQs sendo que cada uma delas enfoque um tema singular relativo a ditadura a partir de perspectivas, estilos narrativos e gráficos diferentes que refletirão a multiplicidade e diversidade de acontecimentos sobre o período contemplado (1964-1985 até o período presente da JdT); ilustrar pontos de vistas variados, de atores – protagonistas ou não da repressão e da resistência ou não à ditadura – atores individuais, redes, coletivos, governamentais ou não, empresarial, imprensa, juristas, religiosos, nacionais e internacionais, entre outras possibilidades; (2) Aproximar jovens e adultos ao conceito de JdT e à história da ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985; (3) Divulgar as HQs nacionalmente e internacionalmente, uma vez que a HQ possa ser traduzida e apresentada em feiras nacionais e internacionais de HQ, assim como no decorrer de conferência de imprensa (contando com o fato que os autores estrangeiros que integram o Coletivo são reconhecidos internacionalmente no mercado editorial da HQ e podem eles mesmos serem multiplicadores de públicos-alvo e incentivadores de traduções da HQ frente suas editores: Dargaud, Le Lombard, Gallimard, Casterman, entre outras).

Como mencionado, a HQ é uma mídia reconhecida internacionalmente (e utilizada em muitos contextos nacionais) como sendo um “multiplicador de públicos-alvo”, uma vez que ela atinge as famílias e amigos, caso seja distribuído gratuitamente nas escolas, instituições carcerárias, associações de jovens, de professores etc. O que permite contemplar sempre juntos os jovens e os adultos. Neste caso específico, o Projeto Piloto tem por enfoque vários públicos-alvo no Estado do Rio de Janeiro: (1) Alunos dos ensinos médio e universitário, públicos e privados, entre 15 e 25 anos, assim como seus professores de História; (2) Jovens encarcerados e seus educadores; (3) Amigos, colegas de escola ou de prisão; (4) Adultos; (5) Famílias; (6) Feiras nacionais e internacionais de HQ. As HQ podem também ser disponibilizadas em bibliotecas públicas, escolares e universitárias, num formato papel e/ou digital. A HQ pode também ser colocada a venda em livrarias.

A ideia é que, num primeiro momento, as HQs sejam distribuídas gratuitamente aos alunos de ensino médio oriundos de escolas e universidades públicas e privadas assim como em prisões com o objetivo de contemplar a maior diversidade de perfis sociológicos e contornar os recortes de classes sociais e raciais que atravessam o sistema social e escolar brasileiro: as diferenças de capitais financeiro, escolar, social e cultural que, muitas vezes, conduzem os alunos e os professores em redes de ensino bastante distintas ou os afastam do acesso à escola. Excluir as escolas privadas da experiência de divulgação seria excluir públicos-alvo importantes (alunos, professores, pais, adultos e coletivos diversos próximos ao universo do aluno), em boa parte oriundos de mundos sociais mais favorecidos (ou não), com probabilidades bastantes elevadas (ou não) de ingressar futuramente grupos de elites na atual sociedade brasileira – fatos sociológicos e geracionais que devem ser analisados e antecipados na definição dos públicos-alvo e dos objetivos. A escolha de jovens encarcerados e dos seus educadores como público-alvo responde à necessidade de contemplar uma grande diversidade de perfis sociais e também responde à preocupação de propor a esses jovens uma compreensão do fato de que a violência de Estado que podem sofrer ou já sofrem é também uma continuidade e permanência da transição brasileira pactuada após a ditadura, um fato que impediu notadamente reformas no sistema judiciário e carcerário, entre outras mudanças fundamentais que dizem respeito à violência de estado ainda praticada hoje no Brasil.

A versão integral do projeto consiste na produção de doze HQs de dez páginas cada uma. As doze histórias podem compor um livro só ou ser disponibilizadas de forma separada sob o formato de *fanzines*, em ambos os casos impressos e digitais. O conjunto de HQ será

acompanhado de um manual pedagógico destinado aos professores e aos adultos e de um banco de dados digitais para poder complementar a informação recebida através da HQ e guiar de forma dinâmica o aluno e os adultos no aprendizado deste período da história.

Uma das histórias que já foi negociada para a versão piloto são 10 páginas dos autores Guy Raives et Eric Warnauts. O tema da história será "Ditadura e Gênero", tomando como base os depoimentos de uma militante, ex- presa política na CEV e em outros contextos, assim como um artigo escrito por mim para o Relatório Final da CEV-Rio (NICAISE, 2016). Para outras histórias a serem produzidas por autores brasileiros, já foram pré-selecionados três artistas a quem pensamos propor um dos temas abordados no curso Direito Achado na rua, Vol. 7 "Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina" (proposto em 2015/2016 pela Comissão de Anistia e a Universidade de Brasília). A ideia é continuar identificando e pré-selecionar outros autores brasileiros via divulgação nas mídias sociais, nos fóruns especializados de história em quadrinho, nas faculdades onde estudam e se formam esses profissionais. Na versão piloto, serão quatro HQs disponíveis em português e francês (antecipando a divulgação internacional). Na versão integral do Projeto, a quantidade de HQs a serem produzidas é de doze, uma quantidade que poder ser repensada em função das possibilidades de financiamento, tanto no nível da produção propriamente dita quanto no da edição e divulgação (quantidades de artistas envolvidos; suporte papel e/ou digital; tipo de impressão, em cores e/ou preto e branco; formato e qualidade de publicação; quantidade de exemplares, escala da intervenção pedagógica em escolas e prisão, entre outros parâmetros).

Metodologia

O projeto piloto será desenvolvido em 2 escolas de ensino médio públicas, 2 escolas de ensino médio privadas, 2 universidades públicas e 2 universidades privadas e com 4 grupos de jovens encarcerados em diversas instituições carcerárias no Estado do Rio de Janeiro. No caso da versão integral, a aplicação do projeto em sala de aula seria expandida, assim como a análise do *feedback*. A execução do projeto compreende diversas etapas. A formatação dos conteúdos será discutida pelo coletivo interdisciplinar de Pesquisadores, Artistas, Testemunhas que, em seguida, definirá as modalidades e a plataforma de trabalho entre eles para cada HQ

(notadamente *podcasts* em francês⁶) e outras modalidades de transmissão/circulação dos conteúdos, para permitir as trocas de informação e trabalhar na estrutura dos roteiros. As fontes para a elaboração dos conteúdos historiográficos e teóricos serão as publicações da Comissão de Anistia e os Relatórios Finais das diversas Comissões da Verdade, os depoimentos de protagonistas e contemporâneos do período assim como seus descendentes e os trabalhos dos pesquisadores do coletivo.

Serão ministradas aulas a partir da leitura da HQ para os alunos, mas também para os professores. Serão realizadas etnografia nas salas de aulas para analisar a aplicação e a recepção. Na proposta piloto, os pesquisadores/professores/testemunhas ministrarão aulas dedicadas ao aprendizado da HQ, em diálogo com o professor que terá a possibilidade de ele mesmo ingressar em módulos de formação de curta duração, assim como assistir às aulas didáticas e perguntar para poder, no ano seguinte, reproduzir a matéria. O mesmo se aplica para o educador de jovens encarcerados.

Uma vez ministradas as aulas às turmas, serão aplicados questionários individuais e realizados *Focus Group* para cumprir o ciclo de aplicação e avaliação da experiência pedagógica. No final, as linhas de roteiro do manual pedagógico serão elaboradas, assim como os diferentes formatos de conteúdo a integrar o banco de dados *on line*, no intuito de usar a experiência e seus *feedback* para definir mais detalhadamente a demanda e o *background* dos públicos-alvo em termos de conhecimento.

Temáticas

As temáticas a contemplar nas HQs e nos suportes que a complementam seguirão a estrutura pedagógica e teórica apresentada no curso O Direito Achado na rua, Vol. 7 "Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina" proposto em 2015/2016 pela Comissão de Anistia e a Universidade de Brasília.

1. Introdução à Justiça De Transição

⁶ Um dos critérios de seleção da equipe foi o domínio da língua francesa, pois os autores estrangeiros parte do projeto a usam como língua franca.

2. Sociedade Civil e Contexto Internacional nas Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina
3. Repressão e Resistência dos Trabalhadores do Campo e das Cidades
4. Apoio da Imprensa à Ditadura e à Perseguição contra as Mulheres e a liberdade sexual
5. Justiça de Transição, Memória e Testemunho – A Luta pela Anistia no Brasil
6. O Conceito de Justiça de Transição e o Direito Internacional dos Direitos Humanos
7. Justiça de Transição, Constitucionalismo e Legalidade Autoritária
8. Casos Paradigmáticos de Justiça de Transição na Europa e na América Latina
9. O Pilar da Reparação na Justiça de Transição Brasileira
10. Comissões da Verdade e Sítios de Consciência
11. Justiça de Transição e Segurança Pública no Brasil
12. Encarceramento, Tortura e Justiça de Transição

Considerações finais

No Brasil, com os governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o eixo central da justiça de transição passou da reparação financeira à preservação da memória das vítimas e ao esclarecimento da verdade. Tomando em consideração esse enfoque, é importante ressaltar, mais uma vez, que, de uma maneira geral, a construção da história oficial omite, descarta, esconde fatos e versões (TROUILLOT, 1995). Da mesma forma, os indivíduos detentores de memórias esquecem, silenciam-se por diversas razões, pelo fato de acreditarem que o contexto no qual vivem não lhes permite a partilha dessa experiência. As pessoas logo aprendem a dizer o permitido em certos contextos, sem “ameaçar” ou “amedrontar” outros, sem serem silenciadas ou humilhadas novamente (POLLAK, 1986, 1989, 1992).

As múltiplas formas assumidas por certos silêncios e/ou as justificativas diante deles apontam para hierarquias de sofrimentos, implícitas ou explícitas, subjetivas/familiares/de grupos/do Estado, que apontam elas mesmas para várias hierarquias de outra natureza. Podemos observar no decorrer do projeto de pesquisa sobre a estrutura do poder judiciário na ditadura militar, por exemplo, hierarquias de cronologias subjetivas na tentativa de se qualificar comparativamente a violência sofrida. Os Atos Institucionais - decretos emitidos pelo regime militar e que se sobrepuseram à Constituição de 1967 - são alguns dos marcadores temporais

mencionados pelas vítimas, principalmente o AI-5 de 1968, a partir do qual a violência do regime endureceu sobremaneira.

Agora, divulgar os resultados das atividades e pesquisas desenvolvidas no decorrer do mandato da Comissão Nacional da Verdade para outras entidades governamentais, organizações civis e para a sociedade brasileira como um todo, é fundamental para cumprir o ciclo implicado em qualquer processo de Justiça de Transição (CUNHA, 2015; BRASIL, 2015; SILVA, 2015; SOARES, 2015; BAGGIO, 2015; KOPITTKE, 2015 In. SOUSA JUNIOR (Org.) O esclarecimento da verdade a respeito da violência praticada pelo Estado em um determinado período e a construção de memórias onde até então só havia controvérsias ou silenciamentos (POLLACK, 1989; POLLACK, 1986) – notadamente em razão da permanência da legitimidade de determinados porta-vozes de visões deste período da História, dentro e fora do Estado – são partes integrantes do processo político que visa “reafirmar publicamente normas e valores essenciais cuja violação implica sanção” (VAN ZYL, 2009).

Dentro do objetivo guarda-chuva da Não-Repetição no processo de JdT brasileiro, a formulação de estratégias de disseminação dos resultados e de criação de suportes de informação e educação é fundamental. O conceito jurídico de Justiça de Transição implica tornar público os resultados das investigações, as verdades, para a sociedade nacional e internacional. Tanto o restabelecimento da confiança do cidadão na própria ideia de democracia e em suas atuais instituições, quanto o impedimento da naturalização e da repetição de formas de violência de Estado ou de revisionismos futuros – assim como o silenciamento das múltiplas continuidades e legados que atravessam o presente – passam pela criação e disseminação de novas pedagogias, instrumentos, conteúdos de ensino, suportes de educação e de informação geral que permitam atingir os diferentes segmentos da sociedade.

Divulgar informações oriundas de entidades governamentais e universidades envolve necessariamente a democratização dos conteúdos e do próprio acesso aos saberes, muitas vezes formatados segundo padrões acadêmicos ou técnicos bastante rígidos, inacessíveis a grande parte dos cidadãos. Como dissemos acima, não é possível pressupor públicos homogêneos. Torna-se, então, essencial transformar a linguagem acadêmica, jurídica e técnica em uma linguagem que permita ao receptor apropriar-se das categorias mobilizadas na vida política, independentemente de qualquer conhecimento, bagagem política ou intelectual prévia sobre este período da História.

Referências bibliográficas

- BAETENS, Jan. **Formes et Politique de la Bande Dessinée**. Leuven: PeetersVrin, 1998.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. Porquê reparar? A comissão de Anistia e as estratégias de potencialização do uso público da razão na construção de uma dimensão político-moral das reparações no Brasil. In SOUSA JUNIOR et al. (Orgs.). **O Direito Achado na Rua, vol. 7 Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. Brasília: UnB. 2015. P. 289-298.
- BRASIL, Vera Vital. Reparação psicológica: um projeto em construção. In SOUZA JUNIOR, 2015, P. 336-341.
- ELSTER, Jon. **Closing the books: Transitional Justice in Historical Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DE GREIFF, Pablo (Ed.). **The Handbook of Reparations**. Oxford: Oxford University Press, International Center for Transitional Justice, 2006.
- CUNHA, Roberta Cunha de. Entre as geografias violadas e a resistência pelo testemunho, a necessária ruptura para a transição brasileira. In SOUZA JUNIOR, 2015, P. 174-177.
- GARCÍA, Fernando Ariel. Prefácio. In OESTERHELD, Héctor G.; SOLANO LOPEZ, Francisco. **O Eternauta**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GROENSTEEN, Thierry. **Bande dessinée et narration. Système de la bande dessinée 2**. Paris: Presse Universitaire de France, 2011.
- _____. **La Bande dessinée, mode d'emploi**. Liège: Les Impressions Nouvelles, 2007.
- _____. **Système de la bande dessinée**. Paris: Presse Universitaire de France, 1999.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KOPITTKE, Alberto L. Reforma da Segurança Pública: superar o autoritarismo para vencer a violência. In SILVA FILHO et al (Orgs.), 2005 P. 410-415.
- LYTEN, Sonia B. (Org.). **Cultura pop japonesa**. São Paulo: Hedra, 2005.
- MACEDO BARROSO, Maria. & NICAISE, Natacha. Culturas morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 41 “Antropologia e políticas globais”, P. 51-86, 2014.
- MCKINNEY, Mark (Ed.). **History and Politics in French-Language Comics and Graphic Novels**. University Press of Mississippi, 2008.

MILLER, Ann. **Reading bande dessinée: Critical Approaches to French-language Comic Strip**. Bristol UK/Chicago USA: Intellect, 2007.

NICAISE, Natacha. Acordar as múltiplas vozes silenciadas. Ex-presas políticas na justiça de Transição brasileira". **Relatório Final CEV-Rio**, Rio de Janeiro, 2016 <http://www.cev-rio.org.br/>

_____. Haiti e os Estados Unidos. Cooperação, Cultura, Nação (artigo a submeter para publicação em 2016).

_____. A História em Quadrinho nas ditaduras e nos processos de Justiça transicional na Argentina e no Brasil. Elementos para uma história sociocultural comparada do gênero” (artigo a submeter para publicação em 2016).

_____. La race comme catégorie pratique. Le Noir et la Coopération européenne au Développement. **Vibrant**, Brasília, v. 9 n. 1, P. 474-506, 2013;

_____. **A construção europeia e os "Países em Desenvolvimento". Políticas de comunicação institucional, generosidade e identidade(s)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 247 p. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ Rio de Janeiro, 2007.

_____. La construction sociale de la générosité et la politique de développement européenne. Paris: **Revue Tiers Monde**, n. 200, p. 767-784, dez. 2009.

OESTERHELD, Héctor G.; SOLANO LOPEZ, Francisco. **O Eternauta**. São Paulo: Martins Fontes, 2011

PAYNE, A. Leigh; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo .D. (Orgs.). **A Anistia na Era da Responsabilização. O Brasil em Perspectiva Internacional Comparada**. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério de Justiça; Oxford: Centro de Estudos Latino-americanos, 2011.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, P. 3-15, 1989.

_____. “La Gestion de l'Indicible”. In. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 62-63, junho, L’illusion biographique, pp. 30-53, 1986.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5(10), P. 200-212, 1992

RAMOS, Paul. **Muito além dos quadrinhos: análises e reflexões sobre a 9ª arte**. São Paulo: Devir Livraria, 2009.

RAMOS, Paul, VERGUEIRO, Waldomiro. **Quadrinhos na educação: da rejeição a prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

- REATEGUI, Felix. (Org.). **Justiça de Transição. Manual Para América Latina**. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério de Justiça/ New York: Centro Internacional para Justiça de Transição, 2011.
- SILVA, Ana Luiza Almeida et al. Democracia e violência: memória, verdade e justiça de transição. In SOUZA JUNIOR, 2005, P. 412-417.
- SOARES, Inês Virginia Prado. Lugares de memória e memoriais: por que preservar locais que lembram o horror? In SOUZA JUNIOR, 2005, P. 309-315.
- SOUZA JUNIOR, José Geraldo de, Moreira da Silva Filho, José Carlos, Paixão, Cristiano, Gimenes Dias da Fonseca, Lívia, Dias Rampin. Talita Tatiana (Org.). **O Direito Achado na Rua, vol. 7 Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. Brasília: UnB, 2015
- SPIEGELMAN, Art. **Mauss**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SPIEGELMAN, Art. 2011. **MetaMauss. A look inside a modern, classic, Mauss**. NY & Canada: Pantheon Books, 2011.
- TROUILLOT, Michel. **Silencing the Past. Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.
- VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos. In SILVA FILHO et al, 2015, P. 174-177.